

[www.inov.pt](http://www.inov.pt)

**inov** inesc

# RELATÓRIO E CONTAS 2023



## ÍNDICE

<b>1</b>	<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE.....</b>	<b>3</b>
<b>2</b>	<b>O INOV .....</b>	<b>6</b>
2.1	CRONOLOGIA .....	6
2.2	MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	7
2.3	POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO .....	7
2.4	LOCALIZAÇÃO .....	8
<b>3</b>	<b>ATIVIDADE EM 2023 .....</b>	<b>9</b>
3.1	RESUMO DA ATIVIDADE .....	9
3.2	EXEMPLOS COM IMPACTO .....	10
3.3	INDICADORES.....	10
3.4	RECURSOS HUMANOS .....	11
<b>4</b>	<b>ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....</b>	<b>13</b>
4.1	DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO .....	13
	RESULTADOS .....	13
4.2	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	16
<b>5</b>	<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>	<b>17</b>
5.1	MAPAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	17
5.2	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	21
<b>6</b>	<b>RELATÓRIOS DE AUDITORIA .....</b>	<b>42</b>

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

# 1 MENSAGEM DO PRESIDENTE

Nos últimos anos passou a ser lugar comum a referência e acontecimentos excepcionais com impacto global significativo, no imediato e no médio prazo. Sem perdermos o real significado de tais eventos (desde a pandemia às diversas guerras que assolam o planeta), principalmente desde os efeitos devastadores nas populações e territórios até às incertezas sociais, políticas e económicas que acarretam, a atitude correta a adotar é de enfrentar estes eventos, seguir planos de risco, e levar e projetar o INOV por forma a assegurar a sua sustentabilidade. E no processo lidar com o permanente grau de incerteza quanto à evolução da economia mundial no curto e médio prazo, considerando ainda o que pode significar o recente clima político nacional, com as mudanças significativas recentes no equilíbrio de participações na Assembleia da República.



**Fernando Moreira**  
Presidente do Conselho de Administração

Em 2023 atingimos e continuámos os bons resultados económico-financeiros, para o que contribuiu o elevado nível das nossas prestações de serviços. Sendo verdade que o nosso envolvimento em projetos de I&D co-financiados (nacionais e europeus) e a manutenção do programa de apoio infraestrutural (CTI) nos permite consolidar a equipa e as infraestruturas físicas, a nossa prestação económica só pode ser atingida fruto da ação direta no mercado e do sucesso nela obtido. Os últimos anos têm demonstrado que conseguimos manter um bom nível de envolvimento com a economia, o que se deve também associar às apostas recentes de consolidação das equipas de I&D+i, nomeadamente na capacidade de trabalhar o mercado na componente de prestação de serviços.

Os resultados apresentam proveitos totais de cerca de 5,89 M€ (aumento de 4% face a 2022), sendo 29% em VPS, para um resultado líquido de cerca de 198K€ (aumento de 2,5% face a 2022). Noutro indicador relevante, face à dificuldade atual em contratar pessoas qualificadas, o número de colaboradores teve uma subida superior a 15%, sendo no fim do ano cerca de 160, dos quais 88 contratados.

A atividade é desenvolvida em pormenor no nosso Relatório Anual de Atividades, sendo que aqui destacamos o forte envolvimento em programas europeus (com 27 projetos em curso e 23 novas propostas apresentadas), o avanço nas agendas PRR em que estamos envolvidos (3 agendas), o lançamento das ações estruturais do CTI, e a continuação da boa prestação em serviços de I&D+i (realçando-se as ações que resultam da evolução do sistema CICLOPE). O envolvimento em projetos nacionais de I&D+i teve um incremento (cerca de 20% em proveitos) que reflete sobretudo as agendas PRR, já que todos os projetos P2020 terminaram obrigatoriamente em 30 de junho de 2023 e o P2030 lançou as primeiras chamadas de propostas no fim do ano, sendo expectável que os primeiros resultados surjam no primeiro semestre de 2024.

Merecem destaque especial alguns fatores de desenvolvimento.

Aquele que se espera venha a ter um impacto relevante na instituição e na envolvente muito próxima ("grupo INESC") é a decisão de apresentar uma candidatura a Unidade de I&D reconhecida pela FCT. Etapa importante no percurso do INESC Lisboa (e realizada em abordagem estratégica comum com a holding INESC, o INESC ID e o INESC MN), à data de realização do presente relatório estamos a preparar a referida candidatura, contando com a orientação do Prof. Luís Manuel de Jesus Sousa Correia, que abraçou o desafio de acompanhar o INOV nesta nova aposta, no papel de coordenador da nova unidade.

Para consolidar a capacidade institucional de suportar os desenvolvimentos internos em eletrónica, apoiar o envolvimento nas novas redes de comunicações móveis avançadas (6G), e apresentar ao mercado empresarial diversas capacidades onde se incluem a prototipagem rápida, o INOV apostou forte na reformulação do seu laboratório nas instalações de Lisboa, com aquisições de equipamento, aumento e reformulação do espaço.




Visando a melhoria de condições de trabalho nos diversos locais onde nos encontramos, estamos também a planear ou a fazer intervenções nos diversos espaços (Aveiro – onde lançámos um novo pólo no PCI – Parque de Ciência e Inovação, Leiria e Lisboa).

O INESC Lisboa prossegue a sua consolidação e, neste ano de 2023, lançaram-se mais algumas ações com vista à sua estruturação futura em I&D+i e em gestão. A intervenção através da utilização de grupos de trabalho constituídos por representantes das 3 instituições vulgarizou-se e já existem diversos em atividade (gestão da inovação, laboratório, comunicação), para lá das estruturas comuns que se vão consolidando ou criando, e que em 2023 passaram a incluir DPO, gestão de RH e alargamento da Assessoria Jurídica. No fim do ano as 3 instituições (INESC ID, INESC MN e INOV) prepararam-se para responder ao concurso a Unidade de I&D da FCT, passo importante no caminho de uma implementação comum de políticas de investigação e inovação para os 3 institutos, que se projeta para os próximos anos.

Recordando o que foi dito no relatório de 2022 sobre o tópico da dificuldade em recrutar pessoas, devemos realçar que até agora estamos a ser capazes de atrair e reter um conjunto vasto e válido de técnicos qualificados, desde I&D+i até ao apoio à gestão. Se é verdade que as dificuldades nesta matéria imperam, a agressividade institucional enquadrada na Política de Recursos Humanos recentemente desenvolvida e colocada em vigor tem conseguido bons resultados, em número e qualidade. Esperamos continuar a merecer a confiança de quem está connosco (desde sempre ou desde agora), sendo verdade que continuaremos a trabalhar para que tal seja possível e atrativo.

Projetando a instituição e a atividade para a frente no tempo, se bem que alguns temas já foram aflorados atrás, elencamos agora algumas situações que merecem atenção particular. Sobre os eventos nos quais temos pouca (quase nenhuma) influência direta, por muito que nos esforcemos, continuaremos a agir com critério de gestão atenta e ágil: todos os que caminham connosco exigem que assim o façamos, mantendo a instituição com ambição, mas protegida de efeitos que podem ser perigosos na nossa capacidade de intervenção interna e externa.

No novo quadro político nacional, estamos (está todo o país) expectantes da nova ordem que se instituirá fruto da recomposição recente da Assembleia da República: interessa-nos sobremaneira que o que venha a suceder permita continuar a reconhecer o papel importante, fundamental mesmo, para a economia, das instituições de interface, atualmente conhecidas como CTI. A sustentabilidade da economia no médio-longo prazo exige ir muito para lá da visão tecnocrática de, meramente, “procura-oferta”, que esperamos tenha sido definitivamente colocada no seu devido sítio (considerada, mas não unicamente determinante).

O PRR vai acabar, e bem mais depressa do que se possa pensar. Se bem que o INOV não apresente uma dependência significativa desse programa, todos os parceiros e a economia em geral se vão ressentir do fim abrupto desses fundos, algures no princípio de 2026. Como (re)agir no pós-PRR é uma agenda que temos na mesa da gestão do INOV e que tem vindo e continuará a ser preparada: a sustentabilidade é o nosso principal mote, a que acrescentamos crescimento, por esta ordem.

Com alguma ligação às questões PRR, as políticas nacional e europeia de I&D+i para lá do P2030 e do HEU são outras das preocupações que temos no INOV: quando a nossa atividade está tão ligada a estes instrumentos, temos de nos preparar cada vez melhor para não só conhecer, mas também intervir na criação desses instrumentos, assumindo um papel cada vez menos reativo. O INESC Brussels Hub é, nesse domínio, uma mais valia que partilhamos com o grupo INESC e em que depositamos alguns dos trunfos da nossa intervenção nestas matérias.

A ligação direta ao mercado, a vertente de prestação de serviços de I&D+i à economia em geral, é o vetor onde teremos de continuar a colocar uma atenção reforçada: sendo naturalmente a vertente que justifica a nossa essência (contribuir para levar a I&D+i às empresas, às organizações de forma geral), aquela para que nos capacitamos continuamente, com pessoas, equipamentos e instalações, é também aquela que coloca à prova todas as nossas capacidades para atuar num mercado aberto e global. Ser cada vez mais capaz de fazer

e vender deve pautar o nosso dia a dia, honrando os investimentos públicos e privados que são feitos em nós.

A todos os que têm contribuído para que o INOV mantenha o seu rumo institucional manifestamos o nosso apreço e reconhecimento.

Aos colaboradores o profundo agradecimento pela confiança que depositam no INOV para a concretização da sua realização e desenvolvimento profissional e pessoal.

Aos associados agradecemos, em nome de todos os colaboradores, pelo renovado apoio na nossa ambição para o INOV prosseguir uma estratégia de consolidação e crescimento sustentado no médio e longo prazo, através da aposta inequívoca na qualidade e excelência da nossa atividade de I&D+i.

Aos Clientes, Parceiros, Conselho Fiscal, Auditores Externos, desejamos que continuem unidos connosco neste percurso de construção de uma organização de referência, solidamente preparada para o futuro.

*“Ser cada vez mais capaz de fazer e vender deve pautar o nosso dia a dia, honrando os investimentos públicos e privados que são feitos em nós.”*

Fernando Moreira  
Lisboa, 28 de março de 2024



## 2 O INOV

### 2.1 Cronologia

O INOV nasce em 2001 e passa a integrar o grupo INESC, fundado em 1980 e que se tornara um modelo institucional de referência na relação Universidade – Indústria.

A origem do INOV remonta aos Centros de Transferência de Tecnologia do INESC, lançados no âmbito do PEDIP (Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa), na década de 90 do século XX.

Inicialmente estruturou-se em Infraestrutura Tecnológica (IT) e, em 2017, como Centro de Interface (CIT, CTI em 2022), mantendo o modelo inicial de possuir corpo técnico próprio, para além de outros recursos necessários ao desenvolvimento da sua atividade.

Dentro do grupo INESC foi criado o INESC Brussels HUB que tem como objetivo afirmar o INESC como uma organização europeia de referência tanto pela sua excelência em investigação e inovação como pela sua capacidade de contribuir para a sociedade, política e economia.

Em 2020, é constituído o INESC Lisboa, em resultado de uma iniciativa conjunta entre INESC-ID, INESC MN e INOV, três instituições privadas de investigação sem fins lucrativos nas áreas de informática, eletrónica, engenharia informática e engenharia física. O INESC Lisboa tem como principal missão facilitar sinergias de promoção da investigação e inovação entre os vários institutos.



## 2.2 Missão, visão e valores



### MISSÃO:

Transformar conhecimento em tecnologia com valor na cadeia de inovação.



### VISÃO:

Liderar a inovação em TICE.



### VALORES:

#### CONFIANÇA:

Mantemos relações baseadas em confiança, numa perspetiva de longo-prazo, com colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros;

#### AGILIDADE:

Somos uma organização flexível, capaz de se adaptar de forma dinâmica às relações entre a ciência, a tecnologia e o mercado;

#### EXCELÊNCIA:

Orientamos a nossa capacidade de execução pela procura constante da excelência nos projetos e nos resultados obtidos;

#### COOPERAÇÃO:

Estabelecemos relações de parceria orientadas para desenvolvimento dos processos de inovação.

## 2.3 Posicionamento estratégico

O INOV é um Centro de Interface privado sem fins lucrativos, dedicado à investigação aplicada e transferência de tecnologia, de forma estruturada e profissional, através da prestação de serviços de investigação, desenvolvimento e inovação (I&D+i), consultoria técnica e formação em áreas tecnologicamente avançadas no domínio das TICE (Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica).

Com ligações privilegiadas com Instituições de Ensino Superior (IES) e outros centros de saber, a par de um conjunto importante de certificações, parcerias e qualificações, tem por objetivo auxiliar as empresas (com enfoque nas PME) nos seus processos de inovação e internacionalização, através da endogeneização tecnológica como fator diferenciador nas suas estratégias de crescimento.

O modelo de atuação, enquadrado no perfil europeu de RTO (*Research and Technology Organisation*), está representado na figura abaixo.



Enquanto RTO, o INOV deve articular com a criação de conhecimento, realizada maioritariamente nas instituições do ensino superior, e com a economia e sociedade. Essa articulação não é um mero interface, envolvendo atividade de transformação do conhecimento em tecnologia e inovação o que se traduz, por exemplo, no aumento do TRL das tecnologias envolvidas aproximando-as do mercado. Em 2023, enquadrado no projeto infraestrutural CTI, foi iniciado um processo de reforço e reestruturação das duas interfaces que caracterizam este tipo de instituições: a interface com a criação e produção de conhecimento, maioritariamente IES; e a interface com a sociedade/economia.

## 2.4 Localização

As instalações do INOV localizam-se em quatro pontos estratégicos:



A sede, em Lisboa, na Rua Alves Redol, junto ao IST;



Lisboa



Em Leiria, no Morro do Lena – Alto do Vieira (Campus do IPL);



Leiria



Em Aveiro, na Rua da Boavista (AIDA) e no PCI – Parque de Ciência e Inovação.



Aveiro

## 3 ATIVIDADE EM 2023

### 3.1 Resumo da Atividade

O ano de 2023 foi o ano de arranque do projeto infraestrutural CTI, em que se iniciou uma nova fase institucional que, no final do projeto, reforçará o posicionamento do INOV enquanto RTO, melhorando a sua articulação com a criação de conhecimento, principalmente realizada em instituições de ensino superior, e com a economia e sociedade.

A montante, na ligação às fontes de conhecimento, foi estabelecido um novo protocolo de colaboração, com a Universidade dos Açores, e iniciou-se o processo de preparação de uma candidatura a Unidade de I&D a submeter ao concurso aberto pela FCT no final do ano. Esta nova Unidade de I&D deverá continuar um processo de melhoria de condições institucionais para acolher a prática de atividades de I&D, sobretudo por parte dos investigadores universitários, já iniciado com a criação, no final de 2020, da Área de Interface e Co-Criação.

Na interface com a economia e sociedade foi iniciada a criação de uma equipa de *Attachés* de Inovação que, completa, contará com cinco elementos, cuja função será incrementar a atividade do INOV promovendo as suas tecnologias e competências bem como a apreensão de novos desafios e oportunidades, resultando num melhor alinhamento da atividade desenvolvida com as necessidades e oportunidades existentes.

Continuou o reforço da capacidade laboratorial, no sentido da criação do laboratório integrado, o "Laboratório 6G & Internet das Coisas (IoT) & Demonstradores". Foram adquiridos mais equipamentos e iniciados os contactos com fornecedores de mobiliário e construção civil.

A estrutura organizacional do INOV continua assente em Áreas Estratégicas com grande autonomia — três dedicadas maioritariamente a atividades de I&D e duas às de Incubação Tecnológica — todas equipadas com massa crítica tecnológica e humana. As áreas de I&D apresentaram boas taxas de execução dos projetos, tanto ao nível "físico" como financeiro, que lhes permite melhorar a oferta tecnológica e de conhecimento, mantendo-as atrativas e com maior potencial para aumentar os níveis de maturidade de algumas das tecnologias desenvolvidas. As áreas de Incubação Tecnológica apostaram na melhoria das suas ofertas tecnológicas, destacando-se aqui a melhoria significativa do desempenho dos algoritmos de deteção automática de incêndios florestais e a evolução e divulgação do sistema de controlo de qualidade para a indústria cerâmica.

A atividade do INOV no âmbito do PRR teve o seu arranque efetivo no início do ano, o que permitiu estabelecer relações de trabalho entre as equipas das entidades participantes e começar já a apresentar resultados com valor. A execução financeira ficou um pouco abaixo do previsto, mas com muita margem de recuperação. Destaca-se aqui ainda alguma volatilidade ao nível das regras de execução impostas pelas entidades gestoras que, nesta fase já avançada dos projetos, induzem ainda algum grau de incerteza sobretudo ao nível das execuções financeiras.

Continuaram a ser promovidas colaborações dentro do INESC Lisboa, que incluíram a criação de uma "task-force" para partilha dos Laboratórios das três instituições em Lisboa (INOV, INESC ID e INESC MN), e o reforço dos serviços partilhados (INESC Serviços) com a introdução da Gestão de Recursos Humanos.

2023 foi também o ano em que se realizou o primeiro encontro de colaboradores das três instituições, no dia 3 de novembro na Praia do Porto Novo (Vimeiro). Foi um momento de partilha e confraternização.

### 3.2 Exemplos com Impacto

As tecnologias desenvolvidas e o conhecimento existente no INOV contribuíram, ou têm potencial para contribuir, para diferentes aspetos da sociedade.

Identificam-se em seguida alguns projetos por se considerarem relevantes ou ilustrativos do impacto que a atividade desenvolvida no INOV em 2023 tem na sociedade.



**ResNetDetect** foi um projeto financiado pela FCT dedicado à deteção automática de incêndios florestais utilizando Redes Neurais de Aprendizagem Residual. Os resultados foram testados em ambiente real, integrados em alguns dos sistemas Ciclope em exploração, tendo a capacidade de deteção automática melhorado significativamente em conjunto com uma redução consistente da percentagem de falsos alarmes.



O projeto **FAQtos**, desenvolvido pelo INOV e pelo Instituto Superior Técnico, tem como objetivo disponibilizar publicamente informação relevante sobre radiação eletromagnética em comunicações móveis. Os resultados de medidas efetuadas junto de antenas de Estação Base em locais públicos escolhidos ao longo do País são apresentados em ações públicas de informação (em unidades de saúde, estabelecimentos de ensino ou em colaboração com os municípios), de forma a esclarecer a população sobre os seus potenciais efeitos na saúde e ambiente



**UNYMA** é um conjunto de sistemas e/ou ferramentas que permitem a criação de processos inteligentes e eficientes em todos os pontos de operação de uma fábrica. Recorre a tecnologias como a visão e a inteligência artificial e possui conjuntos de funcionalidades em áreas como controlo da qualidade, gestão da produção, monitorização de consumos de energia, entre outros. Posiciona-se como um veículo para o aumento da eficiência e para a redução de consumos energéticos e de desperdício de matéria prima.



O projeto **STARLIGHT** visa aumentar a sensibilização, capacidade, adoção e resultados a longo prazo das aplicações de Inteligência Artificial (IA) nas Agências Europeias de Aplicação da Lei (LEAs). Tem como objetivo melhorar a compreensão generalizada da IA nas LEA para reforçar as suas operações de investigação e de cibersegurança e apoiar os valores legais, éticos e sociais.

### 3.3 Indicadores

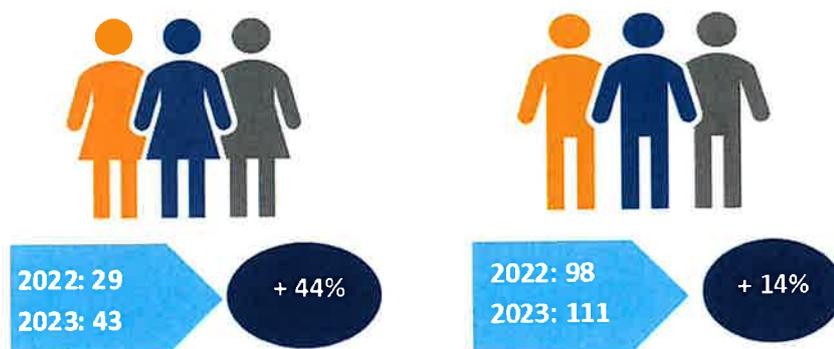
Na busca da excelência organizacional e do sucesso estratégico, apresentamos uma combinação de métricas – Indicadores, que fornecem uma visão mais abrangente do INOV, em áreas como projetos (nacionais e europeus), colaborações, parcerias, divulgação e receitas.



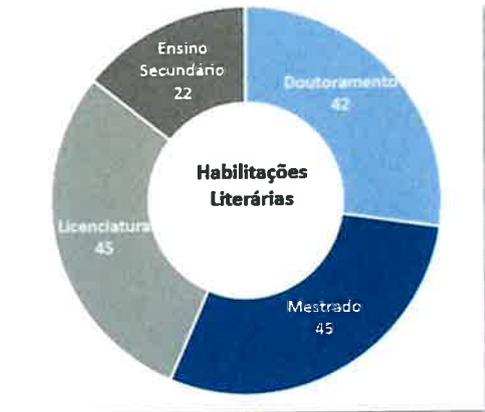
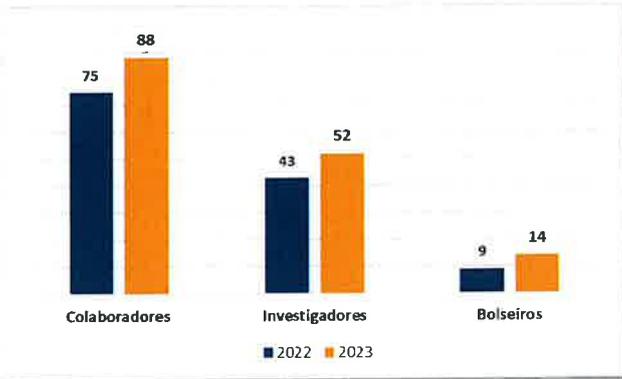
### 3.4 Recursos humanos

#### As Nossas Pessoas

Ao longo de 2023, o INOV teve um crescimento muito significativo no número de colaboradores, resultado do investimento na contratação, capacitação e formação das suas pessoas.



Registou-se um crescimento de **24%** entre colaboradores contratados, investigadores e bolseiros, resultado da implementação de políticas de retenção e do aumento das admissões, num esforço para gerir e contrariar as tendências do mercado.



Contrato sem Termo: 86%



Colaboradores com formação superior: 86 % (incluí Investigadores e Bolseiros)

No INOV, a valorização do percurso profissional e científico dos contratados é alavancada pela articulação com a atividade científica, através do corpo de investigadores e de bolseiros. Neste contexto, é cofinanciado o pagamento de propinas com vista à obtenção de grau académico (Mestrado e/ou Doutoramento).

Ao longo do ano de 2023, houve uma aposta em novos perfis:



Gestão de Recursos Humanos (RH) para coordenar a definição e implementação da política de RH do INOV, tais como o “Manual de Funções” e o “Sistema de Avaliação de Desempenho”;



Attachés de inovação, com o objetivo de difundir e ampliar a atividade do INOV, promovendo as suas tecnologias e competências, além de identificar novos desafios e oportunidades;



Data Protection Officer (DPO), para contribuir para o alinhamento do INOV com o RGPD nas atividades que envolvem o tratamento de dados pessoais, tanto nas áreas de I&D+i como das atividades transversais e suporte.

Foi também evidenciada uma clara preocupação em criar condições adequadas de trabalho e acomodar o aumento significativo das equipas de I&D e de gestão, através da realização de obras e de melhorias nas instalações. Assim como a aquisição de diversos equipamentos informáticos (computadores, monitores, servidores, software, licenças CAD e outras), para a normal realização das atividades associadas aos objetivos tecnológicos e institucionais e para fazer face ao já referido alargamento das equipas.

## 4 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

### 4.1 Desempenho Económico-Financeiro

#### Resultados

O INOV registou em 2023 um desempenho positivo, com melhoria dos principais indicadores económicos de atividade.

O volume total de Rendimentos operacionais atingiu 5 886 mil euros, o que representa um aumento de 4% em relação ao ano anterior.

O Resultado Operacional antes de Depreciações, Juros e Impostos e o Resultado Líquido do Exercício totalizaram, respetivamente, 446 mil euros (mais 24% que em 2022) e 198 mil euros (mais 2% que em 2022):

*Valores em milhares de Euros*

Resultados	2023	2022	Δ %
Rendimentos Operacionais	5 886	5 649	4%
Gastos antes de Depreciações, Juros e Impostos	5 439	5 289	3%
<b>Resultados antes Depreciações, Juros e Impostos</b>	<b>446</b>	<b>360</b>	<b>24%</b>
Rendimentos Financeiros	35	-	-
Depreciações e Amortizações, Juros e Impostos	284	167	70%
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>198</b>	<b>193</b>	<b>2%</b>

Nos Rendimentos Operacionais verificou-se um crescimento nos rendimentos de projetos de 48%, que compensou o decréscimo da prestação de serviços que foi 42% inferior ao ano anterior, conforme se evidencia no quadro seguinte:

*Valores em milhares de Euros*

Rendimentos	2023	2022	Δ %	2021
Serviços prestados	1 712	2 951	-42%	2 792
Projetos I&D co-financiados	3 927	2 651	48%	2 419
- <i>Projetos Nacionais</i>	1 571	856	84%	697
- <i>Projetos Europeus</i>	2 356	1 795	31%	1 722
<b>Total Serviços Prestados + Projetos I&amp;D</b>	<b>5 639</b>	<b>5 602</b>	<b>1%</b>	<b>5 211</b>
Outros rendimentos	247	47	425%	41
<b>Total dos Rendimentos operacionais</b>	<b>5 886</b>	<b>5 649</b>	<b>4%</b>	<b>5 252</b>
Rendimentos Financeiros	35	-	-	-
<b>Rendimentos Totais</b>	<b>5 921</b>	<b>5 649</b>	<b>5%</b>	<b>5 252</b>

As Prestações de Serviços foram de 1 712 mil euros, tendo o seu peso nos Rendimentos operacionais totais passado de 52% em 2022 para 29% em 2023. Este decréscimo deve-se sobretudo à redução do ritmo de adjudicação de soluções de vigilância de florestas no território nacional.

Na componente de Projetos de I&D cofinanciados, o volume de rendimentos situou-se em 3,9 milhões de euros, tendo aumentado 48% face a 2022 (mais 1,3 milhões de euros), com as seguintes origens:



Um aumento de 31% (mais 561 mil euros) em Projetos I&D Europeus, fruto dos bons resultados que o INOV alcançou em candidaturas aos programas do *Horizon Europe*, com novos projetos angariados a partir do final de 2022.



Um aumento nos rendimentos provenientes de Projetos I&D Nacionais de 84% (mais 716 mil euros) face ao exercício anterior. Este valor integra, além dos projetos no âmbito do P2020 em fase de conclusão, o apoio infraestrutural referente ao CTI (Missão Interface) e 3 projetos PRR, com valores de 246 mil euros e de 628 mil euros, respetivamente.

Os Outros rendimentos atingiram 247 mil euros, integrando sobretudo a parte reconhecida no exercício referente a subsídios ao investimento, acompanhando a evolução dos correspondentes gastos de depreciação.

Obeve-se ainda um rendimento financeiro de 35 mil euros com aplicações temporárias de tesouraria (depósitos a prazo) efetuadas em 2023.

Os Gastos Totais ascenderam a 5 723 mil euros, sendo a seguinte a sua desagregação pelas principais rúbricas:

<i>Valores em milhares de Euros</i>			
<b>Gastos</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>Δ %</b>
Gastos com o pessoal	3 587	3 372	6%
Fornecimentos e serviços externos e Outros gastos	1 556	1 871	-17%
Perdas em dívidas a receber/Provisões	296	46	537%
<b>Gastos Operacionais (excl. Amortizações, Juros e Impostos)</b>	<b>5 439</b>	<b>5 289</b>	<b>3%</b>
Gastos de depreciação e amortização	210	91	130%
Gastos de financiamento (Juros)	3	3	17%
Impostos	71	73	-2%
<b>Gastos Totais</b>	<b>5 723</b>	<b>5 456</b>	<b>5%</b>

Os Gastos Operacionais aumentaram 5% (267 mil euros), estando globalmente em linha com o crescimento da atividade verificado no exercício.

A principal componente é constituída pelos Gastos com Pessoal (3 587 mil euros), cuja evolução (mais 6% face ao período homólogo), reflete ajustes salariais e investimento, que tem vindo a ser realizado de forma continuada no reforço da estrutura de recursos humanos qualificados da instituição, registando-se um saldo líquido positivo de mais 13 colaboradores no final de 2023.

Este aumento foi parcialmente compensado por uma redução nos Fornecimentos e Serviços Externos de 315 mil euros, em parte relacionado com a redução das instalações das soluções de videovigilância acima referidas.

## Balanço

A estrutura do Balanço em 31 dezembro 2023 reflete uma situação financeira equilibrada:

Valores em milhares de Euros

BALANÇO	2023	2022	Δ %
<b>Ativo</b>			
Ativos fixos	552	451	22%
Dívidas correntes a receber	2 416	3 543	-32%
Outros ativos correntes	19	16	15%
Disponibilidades	5 383	4 849	11%
<b>Total do Ativo</b>	<b>8 370</b>	<b>8 860</b>	<b>-6%</b>
<b>Passivo</b>			
Dívidas correntes a pagar	2 162	3 390	-36%
Dívidas por financiamentos obtidos	0	0	-
Diferimentos	4 763	4 199	13%
Outros passivos não correntes	177	87	104%
<b>Total do Passivo</b>	<b>7 102</b>	<b>7 676</b>	<b>-7%</b>
<b>Fundos Patrimoniais</b>	<b>1 268</b>	<b>1 184</b>	<b>7%</b>
<b>Autonomia Financeira</b>	<b>15%</b>	<b>13%</b>	<b>13%</b>

O Ativo Total regista um decréscimo, de 490 mil euros em 2023 face a 2022, decorrente sobretudo da redução das rubricas de dívidas a receber (1 128 mil euros) parcialmente compensado pelo aumento das rubricas de Disponibilidades (mais 534 mil euros).

O valor elevado das Disponibilidades está em parte relacionado com as verbas de adiantamento recebidas no âmbito da execução de projetos, com contrapartidas no Passivo, na rubrica de Diferimentos.

As Dívidas Correntes a Receber integram os saldos de clientes, e das entidades financiadoras relativamente à execução dos projetos cofinanciados de, respetivamente, 410 mil euros e de 2 005 mil euros, estando diretamente relacionadas com o ciclo normal das operações e com o aumento de atividade. A situação de tesouraria manteve-se positiva, sem qualquer passivo bancário, permitindo à instituição a estabilidade e capacidade financeira necessárias para fazer face às necessidades de financiamento dos diversos projetos.

O valor dos Fundos Patrimoniais cresceu em cerca de 7%, em consequência sobretudo do impacto do valor do Resultado Líquido alcançado no exercício.

## 4.2 Proposta de Aplicação de Resultados

Tendo em conta o saldo de prejuízos acumulados de anos anteriores, propõe-se que o Resultado Líquido positivo do exercício, no montante de 197 591 euros (cento e noventa e sete mil quinhentos e noventa e um euros) seja integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.

O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento a todas as entidades, organizações e pessoas que nos acompanharam e connosco cooperaram.

  
Fernando Moreira  
António Leal  
José Pimentel  
Nelson Escravana  
Elisabete Carreira  
Luís Miguel Silveira  
Paula Dias

# 5 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 5.1 Mapas das Demonstrações Financeiras

INOV – INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES INOVAÇÃO

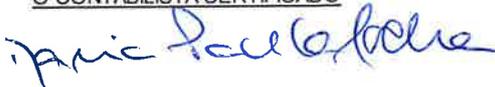
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2023	2022
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	537 665	436 601
Ativos intangíveis		1 157	-
Participações financeiras	7	-	-
Outros ativos financeiros	7	13 527	14 809
Total do ativo não corrente		552 349	451 410
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Clientes	9	410 438	1 267 135
Outros créditos a receber	9	2 005 299	2 276 356
Diferimentos	10	18 680	16 237
Caixa e depósitos bancários	4	5 383 317	4 848 903
Total do ativo corrente		7 817 734	8 408 631
Total do ativo		8 370 083	8 860 041
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos	11	1 000 000	1 000 000
Outros instrumentos dos fundos patrimoniais	12	684 608	781 108
Reserva legal	13	3 081	3 081
Resultados transitados		(883 761)	(1 076 885)
Outras variações nos fundos patrimoniais	14	266 443	283 924
		1 070 371	991 228
Resultado líquido do exercício		197 591	193 124
Total dos fundos patrimoniais		1 267 962	1 184 352
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões	16	106 191	11 196
Passivos por impostos diferidos	8	70 826	75 478
Total do passivo não corrente		177 017	86 674
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	17	170 591	273 583
Estado e outros entes públicos	18	190 565	264 253
Outras dívidas a pagar	17	1 801 182	2 852 295
Diferimentos	10	4 762 766	4 198 884
Total do passivo corrente		6 925 104	7 589 015
Total do passivo		7 102 121	7 675 689
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		8 370 083	8 860 041

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2023.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



INOV – INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES INOVAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2023	2022
Vendas e serviços prestados	21	1 711 847	2 951 468
Subsídios à exploração	22	3 927 098	2 650 951
Fornecimentos e serviços externos	23	(1 491 745)	(1 837 338)
Gastos com o pessoal	24	(3 587 348)	(3 372 114)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	9	(296 275)	(47 256)
Provisões ((aumentos) / reduções)	16	5	775
Outros rendimentos	25	246 621	46 988
Outros gastos	26	(63 756)	(33 548)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		446 447	359 926
Gastos de depreciação e de amortização	29	(209 640)	(91 239)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		236 807	268 687
Juros e rendimentos similares obtidos		35 332	289
Juros e gastos similares suportados	27	(3 255)	(3 068)
Resultado antes de impostos		268 884	265 908
Impostos sobre o rendimento do exercício	8	(71 293)	(72 784)
Resultado líquido do exercício		197 591	193 124
Resultado por unidade de participação	30	0,99	0,97

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Janic Rubalabe*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Teodoro*  
*António*  
*Esquivel*  
*Manoel*  
*João*  
*José Miguel Silveira*  
*Paulo*

INOV – INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES INOVAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Fundos	Outros instrumentos dos fundos patrimoniais	Reserva legal	Resultados transferidos	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2022	1 000 000	828 108	3 081	(1 171 404)	112 097	94 519	866 401
Operações com detentores de fundos no exercício	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021	15	-	-	94 519	-	(94 519)	(47 000)
Restituição de prestações acessórias	13	(47 000)	-	-	-	-	-
Alterações no exercício	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios ao investimento	14	-	-	-	214 760	-	214 760
Impostos diferidos	8 e 14	-	-	-	(42 933)	-	(42 933)
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	-	193 124	193 124
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1 000 000	761 108	3 081	(1 076 885)	283 924	193 124	1 184 952
Operações com detentores de fundos no exercício	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022	15	-	-	193 124	-	(193 124)	(96 500)
Restituição de prestações acessórias	12	(96 500)	-	-	-	-	-
Alterações no exercício	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios ao investimento	14	-	-	-	(22 133)	-	(22 133)
Impostos diferidos	8 e 14	-	-	-	4 652	-	4 652
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	197 591	197 591
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1 000 000	664 608	3 081	(883 761)	266 443	197 591	1 267 952

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações nos fundos patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**INOV – INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES INOVAÇÃO**

**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Montantes expressos em Euros)

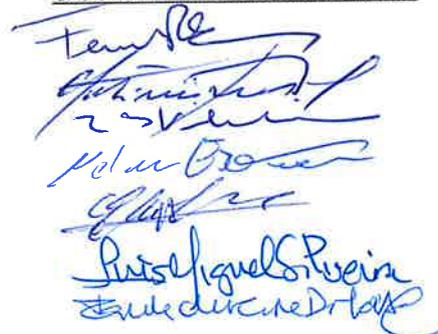
	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		2 595 251	2 978 485
Recebimentos de subsídios à exploração		3 435 948	3 064 647
Pagamentos a fornecedores		(1 595 476)	(1 704 106)
Pagamentos ao pessoal		<u>(3 643 225)</u>	<u>(2 957 150)</u>
Fluxos gerados pelas operações		792 498	1 381 876
Pagamento de imposto sobre o rendimento		(72 966)	(43 328)
Outros (pagamentos) / recebimentos		<u>213 299</u>	<u>(74 725)</u>
Fluxos das atividades operacionais [1]		<u>932 831</u>	<u>1 263 823</u>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		<u>(311 861)</u>	<u>(326 015)</u>
		<u>(311 861)</u>	<u>(326 015)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		35 332	289
Subsídios investimento	14	<u>(22 133)</u>	<u>249 373</u>
		<u>13 199</u>	<u>249 662</u>
Fluxos das atividades de investimento [2]		<u>(298 662)</u>	<u>(76 353)</u>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Prestações acessórias	12	(96 500)	(47 000)
Juros e gastos similares		<u>(3 255)</u>	<u>(3 068)</u>
		<u>(99 755)</u>	<u>(50 068)</u>
Fluxos das atividades de financiamento [3]		<u>(99 755)</u>	<u>(50 068)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]		534 414	1 137 402
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	4 848 903	3 711 501
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	5 383 317	4 848 903

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

**O CONTABILISTA CERTIFICADO**



**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



## 5.2 Anexo às Demonstrações Financeiras

INOV – INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES INOVAÇÃO  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Montantes expressos em Euros)

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O INOV – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores Inovação ("Instituto" ou "INOV") é uma associação científica e técnica, sem fins lucrativos, constituída em 28 de julho de 2000 e que tem como atividade principal a prestação de serviços no campo da inovação e desenvolvimento tecnológico orientada a entidades de natureza empresarial e organismos públicos.

O Instituto é detido em 95% pelo INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores ("INESC") e em 5% pelo INESC ID – Instituto de Engenharia de Sistemas de Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa ("INESC ID"). Consequentemente, as operações do Instituto são influenciadas conjuntamente por estes dois associados.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Instituto opera.

É entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Instituto, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março de 2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo ("ESNL"), e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF - ESNL".

Estas alterações entraram em vigor em 1 de janeiro de 2016, sendo de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após aquela data.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### 3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidas de acordo com as NCRF – ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Instituto operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes, à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Instituto dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as mesmas no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidos de acordo com as NCRF – ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

### 3.2. Participações financeiras em empresas participadas

As participações financeiras em empresas participadas são registadas ao custo de aquisição e deduzidas de eventuais perdas de imparidade. Os rendimentos resultantes das participações financeiras (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

É feita uma avaliação das participações financeiras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

### 3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

#### Vidas úteis e depreciação:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### 3.4. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis do Instituto possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

### 3.5. Loações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

### 3.6. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data/momento da sua faturação. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

### 3.7. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Instituto irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos. Caso ocorram fatos subsequentes que demonstrem existir um risco de não cobrança destes valores, são registadas imparidades para cobrir esse risco.

#### Subsídios ao investimento:

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis são registados nos fundos patrimoniais, como outras variações nos fundos patrimoniais e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

#### Subsídios à exploração:

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo que têm por finalidade compensar gastos já incorridos ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Os subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais ou no âmbito de projetos europeus são registados na rubrica “Subsídios à exploração”, na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento, registando-se no passivo (“Diferimentos”) os adiantamentos e no ativo (“Outros créditos a receber”) os montantes a receber.

### 3.8. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente nos fundos patrimoniais. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados nos fundos patrimoniais.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros

suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) o Instituto tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) o Instituto tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

### 3.9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

#### Provisões:

São reconhecidas provisões apenas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

#### Passivos contingentes:

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

#### Ativos contingentes:

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.10. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de descontos e outros abatimentos e é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O Instituto não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto; e
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente dos serviços prestados é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Nos casos em que existe uma incerteza fundamental na cobrança de saldos de clientes e ou outros devedores, a correspondente receita originada pelas vendas e pelos serviços prestados pelo Instituto é integralmente diferida.

O rédito dos contratos de prestações de serviços de carácter plurianual é apurado de acordo com o estado de execução dos projetos e na parte correspondente aos gastos efetivamente incorridos, registando-se no ativo os valores a faturar com base em estimativas desses gastos, ou no passivo os serviços por prestar.

### 3.11. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Instituto se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes e outros créditos a receber;
- Fornecedores e outras dívidas a pagar; e
- Financiamentos obtidos.

#### Caixa e equivalentes de caixa:

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

#### Imparidade de ativos financeiros:

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

#### Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

O Instituto desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais o Instituto reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

O Instituto desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

#### 3.12. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

#### 3.13. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Reconhecimento de subsídios à exploração:

O Instituto regista os subsídios à exploração de acordo com a fase de acabamento dos projetos que lhes estão associados.

- Registo de provisões:

O Instituto analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Perdas por imparidade em contas a receber e ativos não correntes:

O risco de não cobrança dos saldos de contas a receber, em particular de valores a receber relativos a subsídios à exploração é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica da entidade financiadora, natureza do projeto envolvido e enquadramento macroeconómico. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis:

A vida útil de um ativo é o período durante o qual o Instituto espera que um ativo esteja disponível para uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

### 3.14. Classificações de balanço

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos cuja exigibilidade o Instituto não detenha um direito incondicional de diferir para um período superior a um ano da data do balanço, ou que são expeáveis que se realizem no decurso normal das operações.

## 4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Caixa e depósitos bancários” do balanço era como segue:

	2023	2022
Depósitos à ordem imediatamente mobilizáveis	483.317	2.748.903
Depósitos a prazo	4.900.000	2.100.000
Caixa e depósitos bancários	<u>5.383.317</u>	<u>4.848.903</u>

Os depósitos a prazo, apesar de vencimento superior a três meses a contar da data de balanço, podem ser mobilizados em qualquer momento sem perda de valor para o Instituto e, são remunerados a taxas normais de mercado para operações similares.

## 5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

## 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2023					Total
	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	
<b>Ativo bruto:</b>						
Saldo inicial	1.389.733	297.850	101.403	722.886	138.980	2.650.852
Aquisições	178.509	92.279	8.586	-	31.296	310.670
Alineações/abates	(1.043)	(30.000)	(342)	-	-	(31.385)
Transferências	155.822	-	-	-	(155.822)	-
Saldo final	1.723.021	360.129	109.647	722.886	14.454	2.930.137
<b>Depreciações acumuladas:</b>						
Saldo inicial	1.190.113	200.431	100.822	722.886	-	2.214.252
Depreciações do exercício (Nota 29)	161.244	44.892	3.471	-	-	209.607
Reversões	(1.043)	(30.000)	(342)	-	-	(31.385)
Saldo final	1.350.314	215.323	103.951	722.886	-	2.392.474
<b>Ativo líquido</b>	<b>372.707</b>	<b>144.806</b>	<b>5.696</b>	<b>-</b>	<b>14.454</b>	<b>537.665</b>

	2022					Total
	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	
<b>Ativo bruto:</b>						
Saldo inicial	1.297.834	203.499	100.619	722.886	-	2.324.838
Aquisições	91.899	94.351	784	-	138.980	326.014
Saldo final	1.389.733	297.850	101.403	722.886	138.980	2.650.852
<b>Depreciações acumuladas:</b>						
Saldo inicial	1.130.113	171.003	99.011	722.886	-	2.123.013
Depreciações do exercício (Nota 29)	60.000	29.428	1.811	-	-	91.239
Saldo final	1.190.113	200.431	100.822	722.886	-	2.214.252
<b>Ativo líquido</b>	<b>199.620</b>	<b>97.419</b>	<b>581</b>	<b>-</b>	<b>138.980</b>	<b>436.601</b>

O aumento verificado na rubrica de “Equipamento básico” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, corresponde, essencialmente, à aquisição de equipamento informático e eletrónico, no âmbito dos diversos projetos que o Instituto atualmente executa.

Durante o exercício de 2023, os equipamentos que estavam em ativo em curso no final de 2022 foram entregues e, conseqüentemente, transferidos para firme, dando início à sua vida útil durante o período.

## 7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Instituto detinha a seguinte participação financeira:

Rubricas	Percentagem de participação	Valor da participação	Perdas por imparidade	Valor da participação em balanço
Petsys, Medical PET Imaging Systems, S.A. ("Petsys")	6,08%	25.230	(25.230)	-
		<u>25.230</u>	<u>(25.230)</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as participações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição. O valor do investimento financeiro detido sobre a Petsys encontra-se reduzido por perdas por imparidade dado que o seu valor estimado de realização é inferior ao custo de aquisição.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não ocorreram movimentos nas rubricas de "Participações financeiras".

### Outros ativos financeiros

#### Fundo de Compensação de Trabalho

Foi publicada no Diário da República a Lei nº70/2013, de 30 de agosto, que veio estabelecer os regimes jurídicos do Fundo de Compensação de Trabalho ("FCT"), do Mecanismo Equivalente ("ME") e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho ("FGCT").

Estes regimes são aplicáveis aos contratos celebrados a partir de 1 de outubro de 2013.

O FCT e o FGCT, são fundos de adesão individual e obrigatória pelo empregador, podendo este, no entanto aderir ao ME, em alternativa ao FCT, nos termos estabelecidos pela lei, optando o Instituto pelo FCT e pelo FGCT.

O Instituto tem de inscrever obrigatoriamente o novo trabalhador contratado nos dois mecanismos, criados para assegurar o pagamento de metade da compensação ao trabalhador em caso de cessão do contrato de trabalho.

Ao FCT (conta poupança das empresas) o Instituto paga 0,925% e ao FGCT ou ME 0,075%, da retribuição do trabalhador. As entregas são mensais, nos prazos previstos para o pagamento de contribuições à Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresentava um saldo de 13.527 Euros e de 14.809 Euros, respetivamente, referentes a estes fundos.

## 8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Instituto encontra-se sujeito a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC. A Empresa, como associação sem fins lucrativos e que não exerce a título principal uma atividade comercial, não está sujeito a Derrama, daí a taxa de imposto calculada ser de 21%.

Adicionalmente, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do IRC, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

A dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável é condicionada, ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;

- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, o Instituto encontra-se sujeito adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

#### Período de revisão:

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Instituto dos anos de 2019 a 2023 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração do Instituto entende que as eventuais correções, resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

O imposto corrente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi apurado como segue:

	2023	2022
Resultado antes de impostos	268.884	265.908
Taxa nominal de imposto	21%	21%
Imposto esperado	56.466	55.841
Ajustamentos à coleta (i)	14.827	16.943
Imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 18)	71.293	72.784

(i) Este montante corresponde à parcela de IRC que resulta da tributação autónoma das despesas de representação, ajudas de custo e das despesas com viaturas.

#### Impostos diferidos:

Os passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respeitam às diferenças temporárias geradas com o registo dos subsídios ao investimento que, de acordo com a NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo, são registados em fundos patrimoniais (Nota 14).




O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 de 2022, foi o seguinte:

	Subsídios ao investimento
Saldo em 1 de janeiro de 2022	32.545
Constituição (Nota 14)	<u>42.933</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75.478
Constituição (Nota 14)	<u>(4.652)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u><u>70.826</u></u>

## 9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as contas a receber do Instituto tinham a seguinte composição:

	2023		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
<u>Clientes:</u>			
Clientes gerais	774.701	(437.099)	337.602
Clientes - partes relacionadas (Nota 28)	<u>72.836</u>	-	<u>72.836</u>
	<u>847.537</u>	<u>(437.099)</u>	<u>410.438</u>
<u>Outros créditos a receber:</u>			
Subsídios à exploração	2.805.303	(1.034.631)	1.770.672
Adiantamento a fornecedores	1.239	-	1.239
Outros	<u>233.388</u>	-	<u>233.388</u>
	<u>3.039.930</u>	<u>(1.034.631)</u>	<u>2.005.299</u>
	<u>3.887.467</u>	<u>(1.471.730)</u>	<u>2.415.737</u>
	2022		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
<u>Clientes:</u>			
Clientes gerais	1.481.271	(462.455)	1.018.816
Clientes - partes relacionadas (Nota 28)	<u>248.319</u>	-	<u>248.319</u>
	<u>1.729.590</u>	<u>(462.455)</u>	<u>1.267.135</u>
<u>Outros créditos a receber:</u>			
Subsídios à exploração	2.918.513	(713.000)	2.205.513
Outros	<u>70.843</u>	-	<u>70.843</u>
	<u>2.989.356</u>	<u>(713.000)</u>	<u>2.276.356</u>
	<u>4.718.946</u>	<u>(1.175.455)</u>	<u>3.543.491</u>

Os subsídios à exploração em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respeitam aos montantes a receber referentes aos subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais e europeus reconhecidos na rubrica de "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento. As perdas por imparidade registradas correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Instituto para parcelas que não serão recebidas.

O movimento das perdas por imparidade acumuladas para contas a receber nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi como segue:

Descrição	2023				Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reversões	Utilizações	
Clientes	462.455		(25.356)	-	437.099
Outras contas a receber	713.000	321.631	-	-	1.034.631
	<u>1.175.455</u>	<u>321.631</u>	<u>(25.356)</u>	<u>-</u>	<u>1.471.730</u>

Descrição	2022				Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reversões	Utilizações	
Clientes	730.373	-	(12.744)	(255.174)	462.455
Outras contas a receber	653.000	60.000	-	-	713.000
	<u>1.383.373</u>	<u>60.000</u>	<u>(12.744)</u>	<u>(255.174)</u>	<u>1.175.455</u>

## 10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de “Diferimentos” tinham a seguinte composição:

	2023	2022
Ativo:		
Diversos	<u>18.680</u>	<u>16.237</u>
Passivo:		
Subsídios à exploração (Nota 3.7)	3.865.748	3.111.005
Prestação de serviços (a)	<u>897.018</u>	<u>1.087.879</u>
	<u>4.762.766</u>	<u>4.198.884</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica inclui faturação efetuada a clientes, no âmbito do projeto CICLOPE, cujos trabalhos ainda não estavam totalmente terminados à data de fim do exercício.

## 11. FUNDOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os fundos do Instituto encontram-se totalmente subscritos e realizados, sendo compostos por 200.000 unidades de participação com o valor nominal de 5 Euros cada.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os fundos eram detidos pelas seguintes entidades:

	%	Montante
INESC	95%	950.000
INESC ID	5%	50.000
	<u>100%</u>	<u>1.000.000</u>

## 12. OUTROS INSTRUMENTOS DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros instrumentos dos fundos patrimoniais respeitam a prestações acessórias concedidas pelo INESC, em dinheiro. O Instituto tem por referência o estipulado

na legislação comercial, equiparando as mesmas ao regime de reembolso das prestações suplementares dado que não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi aprovada em Assembleia Geral a restituição de prestações acessórias no montante de 96.500 Euros.

### 13. RESERVA LEGAL

O Instituto segue o estipulado na legislação comercial que estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do fundo. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Instituto, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada nos fundos.

### 14. OUTRAS VARIACÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” apresentou o seguinte movimento:

	<u>Outras variações nos fundos patrimoniais</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2022	112.097
Reconhecimento do exercício (Nota 25)	(34.613)
Subsídios obtidos	249.373
Imposto diferido (Nota 8)	(42.933)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>283.924</u>
Reconhecimento do exercício (Nota 25)	(213.526)
Subsídios obtidos	191.393
Imposto diferido (Nota 8)	4.652
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>266.443</u>

Estes montantes respeitam aos subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis e são reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

### 15. APLICAÇÃO DO RESULTADO

#### Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de 18 de abril de 2023, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de 193.124 Euros, foi integralmente transferido para Resultados transitados.

#### Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de 20 de abril de 2022, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de 94.519 Euros, foi integralmente transferido para Resultados transitados.

### 16. PROVISÕES

A provisão constituída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 diz respeito a encargos estimados com compensações por caducidade a vários colaboradores do Instituto.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o movimento das provisões foi conforme segue:

	<u>Provisões</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2022	11 971
Reforço	<u>(775)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11 196
Reversão	(5)
Reforço (via gastos com pessoal)	<u>95 000</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u><u>106 191</u></u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Instituto reconheceu uma provisão no valor de 95.000 Euros referente a horas de formação não realizadas que, pela sua natureza, reconheceu por contrapartida de gastos com pessoal.

#### 17. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” tinham a seguinte composição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores, conta corrente:		
Gerais	143.653	162.450
Partes relacionadas (Nota 28)	26.140	27.685
Fornecedores de investimento	798	83.448
	<u>170.591</u>	<u>273.583</u>
Outras dívidas a pagar:		
Credores por acréscimo de gastos:		
Remunerações a liquidar	1.045.205	1.082.746
Outros acréscimos	320.398	338.509
	<u>1.365.603</u>	<u>1.421.255</u>
Parceiros	409.989	1.407.037
Outras dívidas a pagar	25.590	24.003
	<u>1.801.182</u>	<u>2.852.295</u>
	<u><u>1.971.773</u></u>	<u><u>3.125.878</u></u>

As remunerações a liquidar em 31 de dezembro de 2023 e 2022, incluem, essencialmente, as estimativas de gastos com férias, subsídios de férias e prémios a liquidar.

Os outros acréscimos de gastos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 respeitam à estimativa de gastos com prestações de serviços efetuados por terceiros no âmbito das atividades do Instituto.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros acréscimos de gastos incluem o montante 85.486 Euros, respetivamente relativo a acréscimos de gastos com partes relacionadas (Nota 28).

O montante de outras dívidas a pagar relativas a “Parceiros” é referente ao montante que o Instituto tem a pagar aos parceiros dos projetos em curso, como coordenador desses projetos.

#### 18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” tinham a seguinte composição:



	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	Passivo	Passivo
IRC:		
Estimativa de imposto (Nota 8)	71.102	72.784
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	41.446	51.894
Contribuições para a Segurança Social	65.949	64.770
Imposto sobre o Valor Acrescentado	12.068	74.218
Outros impostos	-	587
	<u>190.565</u>	<u>264.253</u>

## 19. LOCAÇÕES

O Instituto é parte em diversos contratos de locação operacional, essencialmente, relacionados com o arrendamento de espaços pelo INESC.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais relativos a equipamento básico e de transporte, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a liquidar no prazo de um ano (curto prazo), correspondem a, aproximadamente, a 193.131 Euros e 191.000 Euros, respetivamente.

Adicionalmente, o Instituto tem um contrato de arrendamento com o INESC relativo às suas instalações por prazo indefinido, estimando-se que o valor das rendas futuras corresponda a montante de, aproximadamente, 219.216 Euros por ano.

## 20. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Instituto tinha um montante de garantias bancárias prestadas no montante de 129.777 Euros e 135.097 Euros, respetivamente. Estas garantias destinavam-se a garantir o bom cumprimento das obrigações assumidas pelo Instituto em contratos de fornecimento de serviços de telecomunicações e energia, e em contratos com clientes referentes à execução de instalações do sistema Ciclope adjudicadas ao Instituto.

## 21. RÉDITO

A rubrica “Vendas e serviços prestados”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tinha a seguinte composição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços prestados	<u>1.711.847</u>	<u>2.951.468</u>

Os serviços prestados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respeitam maioritariamente a prestação de serviços de apoio efetuadas pelo Instituto a terceiros no âmbito de projetos diversos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram prestados serviços a partes relacionadas nos montantes de 135.037 Euros e 162.256 Euros, respetivamente (Nota 28).

## 22. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica “Subsídios à exploração”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tinha a seguinte composição:

	2023	2022
Projetos nacionais	1.571.190	855.556
Projetos europeus	2.355.908	1.795.395
	<u>3.927.098</u>	<u>2.650.951</u>

Os valores recebidos pelo Instituto, correspondentes a subsídios à exploração, encontram-se sujeitos a diversos níveis de verificação e a exames a realizar pelas entidades que os concederam. Assim, os montantes recebidos a título de subsídios e ainda não integralmente verificados e examinados por aquelas entidades, podem ser sujeitos a eventuais correções. Contudo, a Administração do Instituto entende que eventuais correções resultantes de revisões / inspeções por parte das autoridades competentes não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, considerando as perdas de imparidade registadas.

### 23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tinha a seguinte composição:

	2023	2022
Componentes	357.282	828.571
Trabalhos especializados	239.171	271.217
Rendas e alugueres	246.845	259.992
Deslocações e estadas	291.254	210.829
Honorários	65.230	52.748
Ferramentas e utensílios	121.286	51.463
Energia e fluidos	25.801	26.465
Despesas de logística	28.624	26.318
Comunicação	21.745	20.551
Seguros	21.238	10.225
Outros	73.269	78.959
	<u>1.491.745</u>	<u>1.837.338</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram obtidos serviços de partes relacionadas, no montante de 226.738 Euros e 266.660 Euros, respetivamente (Nota 28).

A variação da rubrica de “Componentes” está relacionada com a variação dos serviços prestados, nomeadamente nos serviços do projeto Ciclope.

### 24. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica “Gastos com o pessoal”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tinha a seguinte composição:

	2023	2022
Remunerações	2.682.320	2.637.020
Bolsas	169.029	142.482
Encargos sobre as remunerações ao pessoal	532.479	437.389
Refeições	151.488	107.866
Seguros	43.668	43.017
Indemnizações ao pessoal	1.680	780
Outros	6.684	3.560
	<u>3.587.348</u>	<u>3.372.114</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Instituto teve ao seu serviço, em média, 112 e 100 empregados, respetivamente.

## 25. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica “Outros rendimentos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tinha a seguinte composição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Subsídios ao investimento (Nota 14)	213.526	34.613
Outros	33.095	12.375
	<u>246.621</u>	<u>46.988</u>

## 26. OUTROS GASTOS

A rubrica “Outros gastos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tinha a seguinte composição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Quotizações	16.802	13.504
Impostos	2.190	1.884
Outros	44.764	18.160
	<u>63.756</u>	<u>33.548</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram registados outros gastos referentes a partes relacionadas no montante de 4.898 Euros e 5.879 Euros, respetivamente (Nota 28).

## 27. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os juros e gastos similares suportados, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tinham a seguinte composição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outros	3.255	3.068
	<u>3.255</u>	<u>3.068</u>

## 28. PARTES RELACIONADAS

### Transações com partes relacionadas:

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2023		
	Serviços prestados (Nota 21)	Outros gastos (Nota 26)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 23)
INESC	13.768	1.110	226.738
INESC ID	76.952	-	-
INESC MN	30.977	-	-
IST	13.340	3.788	-
INESCTEC	-	-	-
	<u>135.037</u>	<u>4.898</u>	<u>226.738</u>

	2022		
	Serviços prestados (Nota 21)	Outros gastos (Nota 26)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 23)
INESC	19.441	1.110	234.055
INESC ID	97.382	-	2.426
INESC MN	40.153	-	-
IST	5.280	4.769	4.769
INESCTEC	-	-	25.410
	<u>162.256</u>	<u>5.879</u>	<u>266.660</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as transações efetuadas entre as partes relacionadas respeitam, essencialmente, a rendas de espaços e cedências de recursos humanos e gastos administrativos.

Saldos com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Instituto apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2023		
	Clientes (Nota 9)	Fornecedores (Nota 17)	Outras dívidas a pagar (Nota 17)
INESC	590	26.140	-
INESC ID	8.511	-	-
INESC MN	62.640	-	-
INESCTEC	-	-	32.846
IST	1.095	-	52.640
	<u>72.836</u>	<u>26.140</u>	<u>85.486</u>

	2022		
	Clientes (Nota 9)	Fornecedores (Nota 17)	Outras dívidas a pagar (Nota 17)
INESC	15.332	26.424	-
INESC ID	88.603	-	-
INESC MN	143.843	-	-
INESCCTEC	-	-	32.846
IST	541	1.261	52.640
	<u>248.319</u>	<u>27.685</u>	<u>85.486</u>

## 29. DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

A rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tinha a seguinte composição:

	2023	2022
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	209.607	91.239
Ativos intangíveis	33	-
	<u>209.640</u>	<u>91.239</u>

## 30. RESULTADO POR UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

O resultado por unidade de participação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi determinado como segue:

	2023	2022
Resultado líquido do exercício	197.591	193.124
Número de unidades de participação (Nota 11)	<u>200.000</u>	<u>200.000</u>
Resultado por unidade de participação básico	<u>0,99</u>	<u>0,97</u>

## 31. OUTROS PROJETOS

De acordo com os procedimentos estabelecidos nos programas de financiamento de projetos, apresenta-se a agregação de Gastos e Rendimentos do exercício por atividades:

Custos e Rendimentos por Atividades	Atividade Projetos Co-Financiados	Atividade Prestação Serviços	Total
Rendimentos Totais	4 201 075	1 719 822	5 920 897
Gastos Totais	4 421 556	1 301 750	5 723 307
Margem	-220 481	418 072	197 591

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

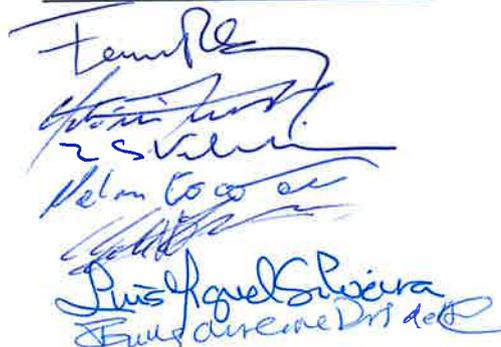
Desde 31 de dezembro de 2023 até esta data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

(CP Nº 91565)



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Handwritten signatures of the Board of Directors, including the name Rui Miguel Pereira.

## 6 RELATÓRIOS DE AUDITORIA

*Handwritten signature and initials*

# Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos Associados do

**INOV – Instituto de Engenharia e Computadores Inovação**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas do INOV – Instituto de Engenharia e Computadores Inovação, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2023 os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do INOV – Instituto de Engenharia e Computadores Inovação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, auditámos o Balanço em 31 de dezembro de 2023, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2023 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, o Revisor Oficial de Contas emitiu nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas nem ênfases, com a qual concordamos.

Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação em Assembleia Geral de Associados.

Lisboa, 9 de abril de 2024

O CONSELHO FISCAL



João Manuel Ricardo Catarino – Presidente



Soledade Maria Silva Duarte - Vogal



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda. - Vogal

Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC nº 432

ROC registado na CMVM com o n.º 20160133

---

**Grant Thornton**

Edifício Amadeo Souza Cardoso  
Alameda António Sérgio, 22, 11.º  
1495-132 Algés  
T: + 351 214 123 520  
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B  
9000-064 Funchal  
T: + 351 291 200 540  
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180-4º  
4100-113 Porto  
T: + 351 220 996 083  
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

# Certificação Legal das Contas

## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INOV – Instituto de Engenharia e Computadores Inovação (“Instituto”) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 8.370.083 euros, um total de fundos patrimoniais de 1.267.962 euros incluindo um resultado líquido de 197.591 euros) a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do INOV – Instituto de Engenharia e Computadores Inovação em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Instituto nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto de acordo com a Norma Contabilística e de relato Financeiro adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades, e
- O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Instituto, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 4 de abril de 2024



---

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.  
Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC N° 432  
ROC registado na CMVM com o n.º 20160133

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INOV – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores Inovação (“Instituto” ou “INESC”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um ativo total de 8.370.083 Euros e um total de fundos patrimoniais de 1.267.962 Euros, incluindo um resultado líquido de 197.591 Euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Instituto nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



“De o itte”, “nos” e “nossos” refere-se a uma ou mais Firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “De o itte Global”) e cada uma das Firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legalmente separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada Firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415 000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Endereço: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 981 020,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 138, 4150-146 Porto

© 2024. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

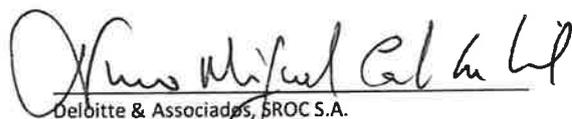
A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 2 de abril de 2024



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Nuno Miguel Cabaço da Silva, ROC  
Registo na OROC n.º 1462  
Registo na CMVM n.º 20161072